



Anais da Assembléia

N.º 16

CURITIBA, QUINTA-FEIRA EM 21 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 12.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1985.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Péricles Pacheco e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Tércio Albuquerque e Tuguio Setogutte. (26). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Ailton Cordeiro, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Donato Gulín, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (31). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

26 Srs. Deputados responderam a chamada.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo a solicitação do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(É procedida a verificação de votação)

26 Srs. Deputados aprovam a Ata e nenhum Sr. Deputado a rejeita. — Está aprovada a Ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 52/85

Art. único — Inclua-se ao parágrafo único do art. 74 da Constituição Estadual a seguinte letra c:

- Art. 74
I -
II -
III -

Parágrafo único:

- a)
b)
c) a vinte e cinco anos para a servente, que nesse tempo tenha exercido efetivamente funções de limpeza e/ou preparação de merenda escolar.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Apoioamento:

Homero Oguido, Ervin Bonkoski, Amélia Hruschka, Tadeu Lúcio Machado, Adhail Sprenger Passos, Osvaldo Alencar Furtado, Antônio Annibelli, Odeni Mongruel, Hermas Brandão, Nestor Baptista, Edgard Pimentel, Nelson Vasconcellos, José Antônio Fonseca, Anibal Khury, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Sabino Campos, Márcio Almeida e Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

Através da presente Emenda Constitucional, pretende-se conferir às zeladoras das escolas públicas pertencentes ao Estado do Paraná, a faculdade de se aposentar aos vinte e cinco anos de serviço. O trabalho desenvolvido pelas serventes é dos mais penosos: limpeza diária das salas de aula e demais dependências das escolas; aplicação periódica de cera nos pisos, o que é feito manualmente, sem ajuda de eletrodoméstico; limpeza periódica de pisos e paredes, também manualmente; preparo diário de merenda escolar, permanecendo horas seguidas em torno de fogões, alguns até improvisados.

O desgaste físico sofrido pelas serventes é tão acentuado, que se multiplicam os casos de doenças da coluna que mantêm muitas delas afastadas do trabalho por diversas semanas.

Percorrer as escolas do Interior do Paraná implica em conhecer um quadro assustador: mulheres quase inválidas arrastando-se para encerrar, lustrar e lavar pisos de salas de aula. O índice de serventes doentes aumenta e é comum numa escola onde são necessárias cinco ou seis serventes, encontramos apenas três tra-

balhando: umas estão doentes, outras gozam férias e, não raro, outras aguardam aposentadoria.

Assim, é justo que se confira a essas abnegadas trabalhadoras o direito de, após 25 anos de efetivo exercício de tão penosa função, aposentarem-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 20/85, que define as divisas do Distrito Administrativo de Florianópolis, Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja designada a data de 07 (sete) de maio, no período vespertino, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido ao Comendador Gianfranco Bertoni.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações ao Senhor DALTON LIMA SANTOS, pela sua eleição como Presidente da Cooperativa de Ivaiporã - COPIVA.

REQUEIRO, outrossim, que os votos sejam extensivos aos demais membros da Diretoria.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, sediada na Municipalidade de Campo Mourão, pela posse de sua nova Diretoria.

Fora de qualquer dúvida que o País vivencia grandes esperanças com a chamada Nova República, que primeiramente põe fim aos 21 anos de autoritarismo militar, responsável pela situação caótica existente no campo econômico, político e social, principalmente.

É inegável também, que o que deverá ser o grande tema, e mais do que isto, a grande luta, será mesmo a necessidade imperiosa de se convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, a fim de adequar as leis de nossa Nação de acordo com os verdadeiros e legítimos interesses do conjunto de seu povo.

Neste sentido, a participação dos advogados é de fundamental importância, quanto ao fato de se ter um novo ordenamento jurídico, que seja capaz de, acima de tudo, garantir total liberdade dos brasileiros se organizarem com direito assegurado de se manifestar abertamente e de acordo com suas convicções político-ideológicas.

Torna-se, por outro lado, perfeitamente dispensável tecer

comentários a respeito do papel assumido pelos advogados em defesa intransigente na promoção da Justiça.

A Ordem dos Advogados, através de sua Subseção na cidade de Campo Mourão, tem dado sua verdadeira contribuição intelectual, apontando caminhos que devem ser seguidos por uma nova Nação, por um novo ordenamento jurídico.

Não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de transcrever, nos Anais deste Poder Legislativo, a posse da nova Diretoria da Ordem dos Advogados de Campo Mourão, que, sem dúvida alguma, continuará a desenvolver a exemplo de sua gestão anterior, um trabalho altamente competente e honesto, através de seus novos Diretores eleitos, que são os seguintes:

- Aymar Soares de Souza Lima - Presidente.
- Alceu Venâncio - Vice-Presidente.
- Ademar Kenhiti Issi - Secretário.
- Marcos de Castro Alves - Tesoureiro.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja oficiado ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social e aos líderes dos partidos políticos na Câmara e no Senado, visando um posicionamento que não leve à aprovação o aumento da alíquota do FUNRURAL de 2,5% para 3,5%.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1981, por Decreto Presidencial, foi alterado drasticamente o sistema de contribuição previdenciária que passou a variar de 8,5% até 10%, escalonadamente, dependendo da renda bruta do trabalhador. Na época, tal medida foi tomada com o intuito de conter o processo erosivo das finanças do Sistema da Previdência, em profundo abalo pelas escandalosas evasões fraudulentas de recursos, até hoje não esclarecidas devidamente, e por um emperramento e pela inépcia de uma estrutura, raramente encontradas na história administrativa. No fim de tudo, o trabalhador, pelo aumento da contribuição acabou por arcar sozinho com o problema criado, sem, com isso, ver solucionada a questão, mas, ao seu reverso, acompanhar um recrudescimento da crise, trazendo como consequência mais dramática o oferecimento de um atendimento piorado e desinteressado.

Por outro lado, a apropriação percentualmente maior do salário do trabalhador, levou de forma direta e mais próxima e palpável, ao empobrecimento acentuado das classes menos favorecidas.

Isto posto, ironicamente, traz-se à discussão a pretensão do Governo em aumentar a alíquota do FUNRURAL em 1%, ou seja, de 2,5% para 3,5%, como se não bastassem as agruras pelas quais passa a agricultura, particularmente os seus trabalhadores, com níveis baixíssimos de salários, em contraposição a um trabalho braçal insano e desgastante, ainda sujeitos às variações climáticas intempestivas, origem dos grandes prejuízos.

Levando-se em conta que a agricultura, hoje, centra seu desenvolvimento na utilização tecnológica da maquinaria agrícola, deve-se considerar o peso que tem o combustível como componente dos seus custos e, este, por sua vez, gravado com acréscimos percentuais que vão compor o quadro de receitas da

Previdência. Como vê-se, são vários os trunfos usados pelo Governo para melhorar a performance financeira desse Sistema, muitos dos quais atingindo a classe produtora agrária. Não é justo, pois, por todas essas razões, adicionar-se um ponto percentual sequer na contribuição previdenciária do agricultor, uma vez que diretamente irá Subseção de forma substancial parcela importante do seu ganho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido da realização de estudos visando avaliar quais são as condições reais de se construir pelo menos vinte casas populares pelo projeto mutirão, na Municipalidade de Peabiru.

Há poucos meses, em solenidade que contou com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado José Richa, foi inaugurado um conjunto habitacional constituído por vinte casas, através do já muito conhecido projeto mutirão. Esta importante obra, cujo alcance social é inquestionável, trouxe benefícios imediatos para o setor para o qual a mesma foi destinada, as famílias de baixa-renda.

Nesta mesma oportunidade, pôde-se sentir a real necessidade de dar início a uma nova etapa na busca da melhoria das condições de vida da população peabiruense, no que se refere a questão da casa própria, onde as diversas lideranças daquela progressista cidade, viam a importância de se construir novas residências.

Estudos iniciais feitos pela Administração Municipal, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Proença, apontam que devem ser edificadas pelo menos vinte casas, tomando como base as solicitações realizadas pelos municípios.

Espera-se, portanto, dessa Companhia e da Secretaria de Estado do Interior a adoção de medidas que venham de encontro ao que ora é preconizado, beneficiando enormemente o povo de Peabiru.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a liberação de materiais permanentes, que abaixo especifica, para a Escola Estadual São Judas Tadeu - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Quinta do Sol.

O Ilustríssimo Senhor Rubem Lopes, Diretor daquele citado estabelecimento informa, de acordo com correspondência remetida, ser imprescindível que essa FUNDEPAR, juntamente com essa Secretaria de Estado da Educação, determinem a imediata liberação de materiais permanentes, tendo em vista que a Escola Estadual São Judas Tadeu não tem condições para adquiri-los e que são os seguintes:

- 150 carteiras escolares;
- 06 mesas para sala de aula;

- 02 mesas para a secretaria;
- 02 caixas de lâmpadas;
- 03 armários;
- 03 arquivos de aço com quatro gavetas.

Diante do exposto, aguarda-se o breve atendimento do que ora é reivindicado, que, embora sendo solicitação da Direção Escolar do referido Educandário, representa o verdadeiro anseio do conjunto do professorado e dos estudantes.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando a construção de um Trevo de acesso à cidade de Jussara, através da PR - 323.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Richa, Governador do Estado do Paraná, solicitando urgência na regulamentação da Lei do Estatuto da Microempresa do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoio: Adnaíl Sprenger Passos.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Carta de Londrina aprovada pela Associação de Microempresa do Norte do Paraná, que apresentou as seguintes reivindicações:

a) - que o Congresso Nacional resolva considerar a necessidade de rejeição aos vetos presidenciais apostos à Lei n.º 7.256 de 27 de novembro de 1984 com excessão do art. 15.

b) - que o Ministério da Fazenda defina em caráter de urgência os atos previstos no art. 12 do Decreto n.º 90880 de 30 de janeiro de 1985.

c) - que o Governo do Estado do Paraná defina para caracterização da microempresa do âmbito estadual, as unidades cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a 10.000 ORTN's, tomando-se por base o valor destes títulos em janeiro.

d) - que a fiscalização estadual paute a sua atuação mais no aspecto orientador, que punitivo, buscando sempre o diálogo esclarecedor junto ao contribuinte.

Isto posto concluímos que:

a) - sob o aspecto tributário é válido ressaltar que o Governo Federal ao estabelecer o limite de 10.000 (dez mil) ORTN's para que se caracteriza microempresa, baseou-se numa perda média de 3% da arrecadação, nos três níveis de Governo: Federal, Estadual e Municipal, e estabeleceu ainda que a mesma não poderá ser superior a 5% do montante estimado.

b) - considerando-se que a microempresa é a grande absorvedora da mão-de-obra, especialmente a não qualificada, é de se admitir que o incentivo daí advindo, refletirá no seu fortalecimento, concluindo-se então que a perda tributária será compensada pelos ganhos sociais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Senador Affonso Camargo, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando dos mesmos providências no sentido da realização de melhorias nas rodovias PR - 218, trecho entre Santa Izabel do Ivaí e Paranavaí e BR - 376, trechos entre Paranavaí e Maringá, Maringá e Apucarana e Apucarana e Ponta Grossa.

A PR - 218, trecho entre Santa Izabel do Ivaí e Paranavaí, necessita que seja refeita toda a sinalização. A BR - 376 necessita em toda a sua extensão, entre Paranavaí e Maringá, Maringá e Apucarana e Apucarana e Ponta Grossa, de que seja refeita toda a sinalização. Entretanto, o trecho entre Apucarana e Ponta Grossa encontra-se em estado bastante precário, exigindo que seja feito todo o acostamento.

Estas rodovias cumprem papel fundamental para o escoamento de nossa produção agrícola, riqueza maior de nossa economia, em direção à região Sul, particularmente ao Porto de Paranaguá. As melhorias que estamos propondo, além de urgentes, irão de encontro às mais candentes reivindicações da população laboriosa de toda uma região do Paraná, que vem contribuindo decididamente para o engrandecimento de nossa economia e o crescimento de nossa participação na riqueza nacional.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor CÍCERO JAYME BLEY JÚNIOR, DD. Superintendente da SUREHMA, solicitando providências no sentido de que seja procedida, com a máxima brevidade, a perfuração de micro-poços no Distrito de Bela Vista e nas localidades de Coxilha Bonita e Vista Gaúcha, no Município de Pérola d'Oeste, dando-se ciência deste requerimento à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento geral, a água é um elemento indispensável à sobrevivência e ao desenvolvimento das comunidades. O Distrito de Bela Vista, assim como as localidades de Coxilha Bonita e Vista Gaúcha, no Município de Pérola d'Oeste, há muito tempo não vem se servindo de precárias fontes naturais, de difícil acesso, em razão da sua situação geográfica, com sérios transtornos à população.

Assim, transmitimos à SUREHMA o apelo das referidas comunidades, na certeza de que o atendimento se dará no menor espaço de tempo possível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança

Pública encarecendo a imediata realização de reformas gerais na Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Roncador.

O Ilustríssimo Senhor Adolfo Martelli, Delegado daquela cidade, juntamente com o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Augusto Becher, há muito tempo que tem ouvido reclamações feitas pelo conjunto da população quanto a situação das instalações da Delegacia de Polícia local.

Aquele organismo policial necessita urgentemente de reformas gerais, notadamente na parte de esgoto, parte elétrica e nas paredes.

Neste sentido, espera-se dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública a liberação de recursos orçamentários capazes de garantir a imediata revitalização das instalações da mencionada delegacia.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano para a localidade de Geremia Lunardelli, pertencente à Municipalidade de Nova Cantu.

Geremia Lunardelli tem apresentado nos últimos anos um considerável processo de desenvolvimento, tendo em vista a dedicação de sua gente que, no dia-a-dia, tem feito a terra produzir, não somente para atender suas necessidades mas para também dar sua imprescindível parcela de contribuição no progresso de Nova Cantu, e, conseqüentemente, no Estado do Paraná.

Por outro lado, no entanto, o verificado crescimento não tem sido acompanhado pela real necessidade de dotar aquela localidade de uma verdadeira estrutura voltada para o bem-estar social de sua população.

No que tange à questão de distribuição de água consumida pelo conjunto de seus moradores, deixa muitíssimo a desejar, sendo que em tal setor as deficiências são diversas, a começar pela própria qualidade de água oferecida como também o fato de que grande número de pessoas não usufrui de qualquer tipo de serviço referente à distribuição do mencionado líquido.

Neste sentido, e de acordo com a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Walmick Pereira, que é o Prefeito Municipal de Nova Cantu, a solução para o problema ora exposto só acontecerá se essa Superintendência determinar, através de seus técnicos, a perfuração de um poço em Geremia Lunardelli, assegurando à toda a população uma rede de água à altura do seu próprio porte.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, REQUER informações ao Banco do Estado do Paraná sobre a aplicação feita pelo Banco no Brasilinvest, cuja liquidação extrajudicial foi determinada pelo Banco Central. Interessa ao Poder Legislativo, na sua missão fiscalizadora, saber:

1) - Qual foi a importância, em dólares e em cruzeiros, aplicada pelo BANESTADO no Brasilinvest?

2) - Qual a origem do dinheiro usado nessa aplicação?

3) - O que motivou essa aplicação, considerando que o BANESTADO fez recentemente uma campanha para aumento de capital, vendendo ações a clientes e funcionários e ainda que os meios produtivos do Paraná têm necessidade de receber recursos para a gestão dos seus negócios?

4) - Por que o BANESTADO aplicou dinheiro em instituições financeira fora do Paraná?

5) - O que impediu uma rápida ação do BANESTADO para retirar o dinheiro aplicado no Brasilinvest, depois do estouro do Sulbrasileiro, considerando as ligações entre as duas instituições financeiras sob a mira do Banco Central?

6) - Quanto rendeu para o aumento de capital do BANESTADO a recente campanha para vender ações?

7) - Como se explica a necessidade de aumentar o capital do BANESTADO se ele tem dinheiro disponível para aplicar em outra instituição financeira, que, além de não ser paranaense, vinha enfrentando conhecidas dificuldades?

Sala das Sessões, em 21 de março de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Feita em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezí) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recentemente, realizou-se na cidade de Londrina o encontro de coordenadores da Associação de Microempresas do Norte do Paraná, que após debates sobre a realidade de hoje da microempresa no Paraná, faz-se inclusive a aprovação e sanção do estatuto da micro empresa.

Na Legislação Federal do final de 1.984, terminou por aprovar as seguintes conclusões:

1. Que o Congresso Nacional resolva considerar a necessidade de rejeição aos eventos presidenciais apostos à Lei 7256 de 27.11.84, com exceção do Artigo 15.

2. Que o Ministério da Fazenda defina em caráter de urgência os atos previstos no artigo 12º do Decreto nº 90880, de 30 de janeiro de 1.985, que regulamentou a referida lei.

3. Que o Governo do Estado do Paraná defina para caracterização da microempresa do âmbito estadual, as unidades cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a 10.000 ORTN's, tomando-se por base o valor destes títulos em janeiro.

4. Que a fiscalização estadual paute a sua atuação mais no aspecto orientador, que punitivo, buscando sempre o diálogo esclarecedor junto ao contribuinte.

Essas quatro conclusões desse recente encontro realizado em Londrina, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é nada menos do que mais um passo da luta dos microempresários paranaenses, linha de frente aliás, dos microempresários do País, que desde o início de 83 desencadearam pela ampla mobilização que terminou por conseguir a aprovação do estatuto da microempresa em meados do ano 84, pelo Congresso Nacional.

Conforme disposição desta lei federal, compete aos governos estaduais encaminhar a regulamentação das leis das suas respectivas unidades da federação e nós, nesta tarde, fazendo

coro à reivindicação da Associação de Microempresas do Norte do Paraná e das demais doze associações regionais de microempresas que hoje existem no Estado, conforme recente congresso estadual realizado no Município de Maringá, cujas conclusões são semelhantes em tudo ao que nós acabamos de registrar, solicitam o Governo do Estado as providências com vistas a aprovação da lei estadual, regulamentando a lei federal que estabeleceu o estatuto da microempresa.

Nós temos certeza, Sras. e Srs. Deputados, que o Governo do Estado, sensível à aspiração e ao contexto social em que esta reivindicação vem sendo colocada, pelo que representa inclusive de estímulo, de incentivo e de possibilidade de manter esta mão de obra de baixa qualificação empregada nas microempresas existentes no Estado, inclusive a ponto também no sentido de impedir uma invasão de microempresas, principalmente nos limites dos Estados com São Paulo, já que o Governo de São Paulo está também regulamentado a mesma legislação federal, estabelecendo o limite das 10 mil ORTN's. nós vimos hoje perante esta Casa, solicitar o apoio dos Srs. Deputados, no sentido de que o Governo do Estado urgencie os estudos já em andamento, com vistas a que a Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e o próprio Governador, possam ainda neste Congresso Nacional de Microempresas que se realizará aqui em Curitiba, no início de abril, possa ser o momento em que o Governador José Richa, anuncie a sua decisão de regulamentar esta lei federal que a tantos angustia e não só a microempresários, mas também trabalhadores e a sociedade de um modo geral, aguarda ansiosamente.

Era esta a nossa consideração nesta Casa, Sr. Presidente, aguardando o impedimento dos Srs. Deputados a este requerimento que já entregamos à Mesa. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tancredo Neves, operado pela segunda vez, o clima continua de expectativas, de orações, em todo o País, pela recuperação da saúde do Sr. Presidente da República. Mas, vemos na imprensa nacional, as especulações que já se fazem diante de um eventual impedimento definitivo do Presidente Tancredo Neves para retornar ao cargo, e a conseqüente permanência em definitivo de José Sarney na Presidência da República.

É lamentável, Sr. Presidente, que nos parece que, no momento, todas as orações devem ser concentradas pela recuperação do Presidente e essas especulações públicas devem estar magoando profundamente a família do enfermo.

E quando se fala de Nova República, Sr. Presidente Nelson Buffara, muita gente do exterior, que tomou conhecimento de um fato ocorrido ontem no Brasil, certamente deve estar estranhando e não deve estar entendendo. Um novo Ministro, da Nova República está proibido de viajar para fora do Brasil. É o cúmulo, é uma incoerência, é um fato tão estranho, é a primeira vez que isto ocorre. Um Governo que não completou ainda uma semana de atividade, o Governo da Nova República, teve que intervir no BRASILINVEST e conseqüentemente teve que bloquear os bens dos seus Diretores, dentre eles, o Sr. Mauro Salles, que é Ministro para Assuntos Extraordinários da Presidência da República do Governo da Nova República.

Certamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este fato deve realmente estar provocando uma polêmica até mesmo nos

meios políticos e financeiros internacionais, porque um Ministro de um Governo, que não completou ainda uma semana, já está com os seus bens bloqueados, e aqui está o material da imprensa nacional de hoje, sobre o Dr. Mauro Salles, e conseqüentemente, como se fosse um marginal, ele só poderá deixar o Brasil, para viagens ao exterior com ordens expressas do Banco Central.

É uma austeridade estranha que deixa uma grande interrogável em todos nós.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a liquidação extrajudicial do BRASILINVEST, o Paraná tomou conhecimento de que o seu banco oficial, o BANESTADO, fez uma aplicação, nessa instituição falida, superior a quatro milhões de dólares, perto de vinte e cinco bilhões de cruzeiros; dinheiro esse que teria sido tomado pelo Banco do Estado do Paraná, através da Resolução 63 em organismos de crédito de origem estrangeira, pagando, conseqüentemente em dólares para as instituições que emprestaram o dinheiro ao BANESTADO.

Por outro lado, já poucas semanas, o Banco do Estado do Paraná realizou uma campanha muito intensa em busca de dinheiro para aumentar seu capital, coagindo, inclusive, funcionários que a contragosto, tiveram que adquirir ações do BANESTADO.

Neste esforço que o Banco do Estado realizou para aumentar o seu capital foram arrecadados vinte bilhões de cruzeiros, enquanto que a Diretoria do Banco aplica numa instituição fora do Paraná e de antecedentes duvidosos a importância de vinte e cinco bilhões de cruzeiros, cinco bilhões além do dinheiro arrecadado para o aumento do seu capital.

Não há dúvida que se trata de um assunto extremamente delicado por razões elementares, a primeira delas: o dinheiro aplicado pelo BANESTADO no BRASILINVEST tem origem em operações internacionais, dinheiro que o Banco tomou para repassar aos paranaenses, aos comerciantes, aos industriais, aos agricultores. E se não tivesse como aplicar esse dinheiro aqui com os seus clientes, poderia o BANESTADO deixar esse dinheiro depositado no Banco Central do Brasil.

Tal, no entanto, não aconteceu.

E o que se constata agora, é que o Banco do Estado do Paraná sofre um prejuízo, eis que, além da liquidação extrajudicial do BRASILINVEST, já há por parte do Governo Federal providências no sentido de que sejam presos aqueles que lesaram, mais uma vez, tantos brasileiros.

Causa-nos estranheza, também, que mesmo depois do estouro do BANCO SULBRASILEIRO, ligado ao BRASILINVEST, a Diretoria do Banco do Estado do Paraná não tenha providenciado a retirada dos 25 bilhões de cruzeiros que aplicou nessa instituição liquidada extrajudicialmente.

Como interessa ao Poder Legislativo fiscalizar os atos do Poder Executivo e das instituições a ele ligadas, estou encaminhando à Mesa um pedido de informações ao Banco do Estado do Paraná, e em 7 indagações, procuro saber para esclarecer este Poder e ao povo paranaense, todos os procedimentos envolvendo a aplicação deste dinheiro pelo Banco do Estado do Paraná na BRASILINVEST.

E espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, desta vez, o Banco do Estado do Paraná tenha a consideração que este Poder merece, e que o Governador José Richa exija da Diretoria do Banco do Estado do Paraná, o respeito que este Poder merece, encaminhando a esta Casa as respostas a estas indagações, a fim de que possamos, de uma forma esclarecida, saber como proceder no futuro.

Enquanto o Banco vende ações para aumentar seu capital, ele joga pela janela 25 bilhões de cruzeiros, que vai pagar de acordo com as variações cambiais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Gubert, inscrito.

O SR. IVAN GUBERT — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A imprensa no dia de ontem, através do jornal "Indústria e Comércio", na sua coluna Informe Especial, abria espaço com o seguinte título.

"O BANESTADO TINHA US\$ 4,5 MILHÕES NO BRASILINVEST. QUEM FEZ A APLICAÇÃO?"

A matéria tinha o seguinte teor:

"O Banco do Estado do Paraná "caminhou" com 4,5 milhões de dólares (quase 25 bilhões de cruzeiros) no estouro do BRASILINVEST. O BANESTADO era uma das novas instituições bancárias que respondiam por 55 por cento do rombo total de 75 milhões de dólares, relativos a operações pendentes realizadas ao amparo da Resolução 63.

Pergunta-se: quem foi o responsável pelas aplicações de recursos do BANESTADO no BRASILINVEST? Quando? Com autorização de quem?"

O responsável, Senhores Deputados? Erasmo Garanhão.

Quando: Em 14 de março de 1984.

Com autorização de quem? Dele mesmo.

A realidade é a seguinte, trocando os dólares, PERDIDOS MAIS UMA VEZ, por milhões.

Em 14 de março de 1984, o BANESTADO colocou no BRASILINVEST a importância de 4,5 milhões de dólares, através de operação assinada por Erasmo Garanhão, José Brandt Filho e Diógenes Alves da Rocha.

E sabem quem assinou pelo BRASILINVEST?

José Maria Fráguas, que teve retidos os seus bens pelo Banco Central no dia de ontem, em decorrência da decretação de liquidação extrajudicial do Banco de Investimento e da Distribuidora BRASILINVEST.

Mas, quem é na ordem do dia, JOSÉ MARIA FRÁGUAS? É parente de Gastão Fráguas, homem da Leman, intermediária na escandalosa operação dos dólares patrocinada pelo Sr. Erasmo Garanhão, que fez o Paraná perder dólares e dólares numa operação até hoje misteriosa. De quem mais ele é parente? De João Fráguas, ex-gerente Regional do Banco Mercantil de Descontos que fez concessões ao Sr. Omar Boddau e ao Sr. Garanhão, através de empréstimos com juros subsidiados em troca de recolhimentos de encargos do Governo no seu Banco.

Senhores: Três Fráguas e um Garanhão em três episódios tão marcantes na Administração.

Juros subsidiados. Operação comissionada irregularmente. 4,5 milhões de dólares embutidos num estouro.

Muita coincidência?

E ainda querem ressuscitar o Sr. Garanhão para um cargo.

Haja fôlego”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A República Nova, a Nova República está diluindo, está como gelo na boca do febreiro, porque é escândalo em cima de escândalo, porque os homens que se diziam como dizia Erondy Silvério, salvadores da Pátria sob a proteção de Deus, estão se diluindo, se corrompendo, estão começando a mostrar que, ruim por ruim, seria melhor o PDS, ruim por ruim, seria melhor não trair o Partido, ruim por ruim, seria melhor, como disse o Deputado Antônio Belinati, seria não fazer esses escândalos. Que pena do Brasil. Coitada da República Nova que na Assembleia Legislativa do Paraná nem tem defensor.

Essa República, Deputado Airton Cordeiro, Presidente do nosso Partido, tem que arranjar um defensor, porque desse jeito não dá. Nós falamos, falamos, e ninguém defende os homens de Sarney, ninguém defende porque estão na expectativa.

Pobre Tancredo Neves, não esperava isso dos seus correligionários. Dizer sobre o estouro do BRASILINVEST é chover no molhado, porque nossos companheiros já disseram e já falaram.

Nós, no nosso tempo, dedicávamos e vínhamos a essa tribuna para falar dos Delfins, para falar de outros que são consorciados com a tal Nova República, para falar dos Ministros que estão aí atrás de cargos, e aconchegados, e que traíram o nosso partido.

Não é a primeira traição ao povo, Sr. Presidente. Infelizmente, não temos divulgação necessária para darmos o amparo legal, mas temos a tribuna para dizer que o PDS pecou. Pecou muitas vezes, mas quando pecava, e era do conhecimento nosso, nós vínhamos a essa tribuna com os companheiros que não queriam outra coisa a não ser o bem-estar do Paraná e de sua gente.

Onde estão os homens do PMDB que não têm força moral para defender o que pertence de mais sagrado nesta Pátria, que é o nosso patrimônio. Talvez com medo de Erasmo Garanhão, por ser amigo de Dornelles.

E dizia eu, certa vez, que mudou o rótulo e a cachaça é a mesma. Dizia eu, Sr. Presidente, dentro desse raciocínio de um homem do interior, um caboclo, um jacu, mas que não se entrega. E havemos de demonstrar que a Nova República foi a maior fraude, fraude maior que a BRASTEL, maior que a CAPEMI, maior que a BRASILINVEST, maior do que todas as fraudes brasileiras. E diziam também, os Deputados do PMDB, cuidado com os confeitores que fazem o bolo e não comem. Está aí. Vão ter que defender o Presidente José Sarney, e infelizmente o latifundiário, que haveremos de combater nesta tribuna, e Vossas Excelências, não de se calar, porque quem cala consente; porque defender o indefensável seria impossível perante o raciocínio do povo brasileiro.

E aí está o quadro do Brasil, falências e mais falências. Nossos Deputados fiéis ao PDS haverão de vir aqui, e cobrar da Nova República, ou vota ou fica como está.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski,

inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“Ocupo esta tribuna para registrar, com satisfação, o recebimento de inúmeras manifestações de contentamento da população de Paranaguá, expressos por suas mais representativas lideranças.

Tais manifestações estão ligadas ao cinquentenário do nosso principal Porto. Mas, refletem elas, muito mais que isso. Refletem a satisfação pela visita do Governador José Richa e pelo que ele anunciou em termos de melhoria e de benefícios para a comunidade paranaense.

Como responsável pela defesa dos interesses do litoral, e em especial da gente dedicada e amiga de Paranaguá, tive o prazer de estar presente às comemorações, acompanhando o nosso Governador. Por isso, associo-me ao contentamento do povo desse município e principalmente daqueles que estão mais diretamente ligados ao Porto.

É com satisfação que estamos vendo o Porto de Paranaguá, esboço de uma das mais ricas regiões do mundo, crescer, se modernizar, melhorar seu desempenho a ampliar as perspectivas não só para aqueles que dependem diretamente, mas de um modo geral, para o nosso Estado.

Desejo, aqui, fazer uma rápida citação, lembrando que mostrou o Governador ao povo de Paranaguá em seu discurso no domingo.

A atenção governamental não está somente nos 18 bilhões e meio de cruzeiros aplicados em novos equipamentos e em obra indispensáveis à melhoria das condições do Porto. Vale lembrar também a dragagem de profundidade do Canal da Galheta, a aquisição de pás-carregadeiras para movimentação de farelo nos silos horizontais e a recuperação de mais cem metros de cais; deve ser registrado também a instalação de 3 dos 4 “ship-loader” adquiridos na Europa, os quais vão começar a operar em menos de seis meses, aumentando a capacidade de carregamento do Porto que terá assim mais seis mil toneladas/hora.

Muito importante, também, é ressaltar o que o Governo do Estado já planejou e vai executar brevemente. Entre tais melhorias estão: a ampliação do cais comercial, a implantação do terminal de “containers”, a construção do oleoduto para óleos vegetais, novas unidades armazenadoras ligadas ao Corredor de Exportação e a concessão de linha especial de financiamento ao ICM do café comercializado pelo Porto, já autorizada e que vem atender a antiga reivindicação de nossa cafeicultura. Esta medida vai elevar de 2 milhões e meio de sacas exportadas, em 1984, para 4 milhões em 1985.

O Porto melhora, aumenta o mercado de trabalho, tranquiliza os portuários, dá novas perspectivas para a comunidade. Isso tudo nos dá muita alegria, pois vemos que o trabalho que todos nós, num conjunto de forças, temos desenvolvido, encontra respostas na administração estadual e por isso frutifica.

Acredito firmemente que o futuro de Paranaguá e de seu Porto, que é o Porto do Paraná, vai encontrar os melhores caminhos possíveis. Isto não só pela ação do Governo do Estado, como também pelo que é justo esperar da Administração Federal, agora que no Ministério dos Transportes está um paranaense, que conhece nossas aspirações e tem demonstrado o mais elevado interesse pelos problemas do Paraná, o Senador Affonso Alves de Camargo Neto, agora o nosso Ministro dos Transportes.

A alegria e a confiança que constatei na comunidade de Paranaguá são o grande incentivo. São o grande estímulo para a

continuidade deste trabalho que desenvolvo, com apoio das lideranças políticas, dos companheiros, do povo parnanguara. Juntos, com trabalho e união muito mais ainda haveremos de conquistar, para o desenvolvimento de Paranaguá e para o bem estar de sua gente”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comparecemos à tribuna para relatar ao povo do Paraná, em especial aos Srs. Deputados, um ato que consideramos da maior traição já acontecida no Oeste paranaense, região que temos a honra de nela fazer política.

Os Srs. são sabedores da luta que empreendemos, meus companheiros do PDS e eu, para que conseguíssemos que o Governador José Richa incluisse na lista tríplice a ser enviada aa Sua Excelência o Presidente de então, João Figueiredo, o nome do nosso partido para que o Conselho Nacional de Segurança, o Presidente da República e o Ministro da Justiça, pudessem analisar entre os três nomes que compunham a lista tríplice, para que um deles assumisse a Prefeitura de Foz do Iguaçu e nesta lista constou o nome do anêmico e apagado Vereador Wadis Vitório Benvenutti. Por uma conciliação, nós, pedessistas, abrimos mão. O Vereador Alberto Koebel, o Vereador Justino Bianco, e este Deputado que vos fala, promovemos uma convenção municipal do nosso partido como ocorrência num ato democrático, para que se escolhesse na convenção municipal, o nome da conciliação pedessista, como disse, fosse incluído na lista tríplice do Governador José Richa.

A luta foi grande, conseguimos perder meia dúzia ou mais de amigos nossos, renunciando-se uma traição que jamais seria esquecida pelos pedessistas iguaçuenses. Mas fomos à luta; não esmorecemos sequer um segundo; viajamos a Brasília ao lado do ex-Governador Paulo Pimentel e do Deputado Federal Antônio Mazurek. Permanecemos por uma semana batendo portas, apresentando documentos, “currículos” e um minuto sequer nós não procuramos rebater a idoneidade e a capacidade dos dois peemedebistas que compareceriam com os seus nomes na lista tríplice.

Fizemos ver ao Governo Federal que escolhesse o nosso nome por opção num prestigiamento ao nosso partido e fizemos ver também a Sua Excelência, o Presidente da República que o PMDB do Estado Paranaense, em suas pregações eleitorais nos comícios públicos, condenavam a nomeação de Prefeitos. E nós, desde vereador em Foz do Iguaçu, também condenamos o ato de nomeação porque a nossa justificativa sempre foi clara: que o Prefeito não tira a segurança de um município e muito menos de uma Nação; o Prefeito eleito pelo povo significa e continuará a significar o exercício da democracia por intermédio do voto livre e soberano do povo brasileiro e das suas comunidades.

Chegamos, como disse, a comparecer com o nosso nome por reivindicação da nossa comunidade a uma lista tríplice elaborada por nosso partido não porque dávamos o apoio à nomeações de Prefeito mas porque nós tínhamos que aceitar a regra do jogo preestabelecida antes do jogo ser realizado. E assim comparecemos.

Mas vejam os Senhores: no final da tarde de ontem o

Prefeito Wadis Benvenutti que esqueceu, num ato deselegante, os seus companheiros desde o dia da sua nomeação, na sua posse no Palácio Iguaçu, na presença do Governador José Richa, que lá não compareceu sequer um Deputado pedessista, nem um Deputado do PMDB a não ser o Deputado Edgard Pimentel, que teve o aval do Partido para lá comparecer, e a memória quase que me falha na hora de dizer que nenhum Parlamentar do PDS lá compareceu.

O seu discurso foi egocêntrico, personalista, já comprovando que dizia aos pedessistas de Foz do Iguaçu: essa será a maior traição da história política do Oeste paranaense. Quem falava em Wadis Benvenutti antes da sua nomeação à Prefeitura Municipal? Apenas a classe empresarial da qual ele faz parte, que o elegeu Presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu.

Quando das suas andanças a Brasília para tentar a permanência da exportação brasileira para o Paraguai no sistema em cruzeiro pela nossa moeda, comparecemos tantas e tantas vezes à classe política, para dar apoio ao empresariado de nossa cidade Foz do Iguaçu.

Quando da sua nomeação, já relatamos o trabalho nosso, e depois da sua posse, apesar de nós fazermos de ouvido moco no seu discurso no Palácio Iguaçu, nós comparecemos a Brasília, penhoramos o nosso voto em favor da nossa comunidade; lutamos pela renegociação da dívida de Foz do Iguaçu que, se não acontecesse, a sua administração seria das piores do Estado do Paraná, pois o orçamento estava comprometido, parte com funcionalismo público e parte com os resgates da dívida de Foz do Iguaçu.

Mas lá comparecemos, em especial o ex-Governador Paulo Pimentel, o Deputado Federal Antônio Mazurek e eu, na presença do então Ministro Mário Andreazza e do Presidente do BNH. E fizemos com que Foz do Iguaçu fosse a primeira cidade brasileira a ter a sua dívida renegociada e assim fizemos. Porque o nosso Município merecia.

Meus Senhores, logo depois, veio a renegociação da dívida de Londrina, onde teve ajuda, também, do ex-Governador Paulo Pimentel. Mas, Foz do Iguaçu foi a primeira e Londrina continua sendo a segunda. E hoje, meus Senhores, nós viemos aqui à tribuna, porque o Prefeito Wadis Benvenutti, sequer em uma das suas entrevistas, foi leal, foi educado para com seus companheiros de luta. Sempre, nos jogando ao esquecimento, mas a comunidade de Foz é séria e sabe do nosso trabalho e da nossa luta. Não ficou só na ajuda dos que falei, a maioria dos Deputados Estaduais - o Deputado Airton Cordeiro, e o Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, são os maiores testemunhos de que todos os Deputados da Bancada enviaram telex ao Presidente, para que fizesse, o pedessista incluído na lista, o Prefeito de nosso município.

Meus Senhores, ontem, recebi algumas ligações telefônicas do meu município. Não esperávamos, não acreditávamos que o Prefeito de Foz do Iguaçu, pedisse a desfiliação do nosso Partido sem nos comunicar, sem nos reunir. Num ato de covardia e de omissão da sua própria origem. Porque, Senhores, se nós pretendemos mudar a nossa origem, nós temos a obrigação de esclarecermos aqueles que nos ajudaram, os motivos. E nós pudemos até entender, como este Deputado entendeu e liberou o Prefeito de São Miguel do Iguaçu. Que, entendendo que o documento da Frente Liberal lhe fazia permanecer no cargo, nos abandonou e escolheu a Frente Liberal, para que a sua permanência na Prefeitura lhe fosse concretizada.

Não acreditamos no documento da Frente Liberal, não acreditamos também que o PMDB, possa querer segurar alguns Prefeitos em detrimento das demais comunidades existentes na área de Segurança Nacional. Acredito sim, que Sua Excelência, o Governador José Richa, que Sua Excelência o Senhor Presidente Tancredo Neves, haverá de ouvir o clamor das comunidades de Área de Segurança Nacional e antecipe as eleições, trocando os atuais Prefeitos pelos atuais Presidentes dos Legislativos, que antes sim, foram eleitos pelo povo e têm o respaldo da comunidade. Porque, além de ser eleito Vereador pelo voto livre e soberano da sua comunidade, ele tem o respaldo dos demais Senhores Vereadores. Dando com isso uma oportunidade que a comunidade indiretamente pudesse participar do processo de nomeação dos Prefeitos biônicos das Áreas de Segurança Nacional.

Mas, meus Senhores, o Prefeito de Foz do Iguaçu, além de trair o seu Partido, esqueceu sua origem. O que é mais grave, deixa o nosso partido e não anuncia, à comunidade, o partido que irá se filiar. Democracia, entendemos que cada homem tem o direito da escolha, mas ele tem que anunciar a sua comunidade a qual ideologia pertence e qual o programa partidário que escolheu. Não existe mais lugar para aqueles que nunca foram políticos, que são, como os Senhores sabem, os militares que assumiram os municípios de Área de Segurança Nacional e que não tinham a obrigatoriedade de escolher um partido político, uma ideologia política e um programa partidário.

Entendo até que o Deputado Sérgio Spada, meu companheiro de Assembleia Legislativa na representação do Oeste, mas, mais especialmente do Município de Foz do Iguaçu, esteja participando desta trama de aliciamento do Prefeito de Foz do Iguaçu. Salvo engano, o Deputado Sérgio Spada tem comparecido, com os membros do seu diretório municipal, à Prefeitura Municipal para reuniões a portas fechadas e não é anunciado o conteúdo das mesmas.

Há dias atrás o Deputado Sérgio Spada comparecia à tribuna da Assembleia Legislativa para acusar, e dei razão ao Deputado, apoiei, o documento espúrio que aqui apareceu com o nome dos representantes da Frente Liberal, tentando trazer para o seu lado os Prefeitos biônicos, lhes prometendo a garantia no cargo. E a primeira assinatura no documento é do Deputado Alceni Guerra que, se não me falha a memória, teve um tremendo desgaste em nosso Estado e na Nação brasileira, por um pronunciamento infantil, impensado, que fizera na imprensa nacional condenando o candidato do seu partido, valorizando-se num preço muito alto, como quem dizia: - o meu preço é um pouco mais. E eu quero que chegue ao meu preço, o PMDB, para que eu possa apoiar Tancredo Neves.

Apoiei o Deputado Sérgio Spada e irei apoiá-lo tantas vezes seja necessário. Mas eu não sabia que, no mesmo dia pela manhã, o Deputado Sérgio Spada comparecia ao Palácio Iguaçu, acompanhado do Prefeito de Foz do Iguaçu, o qual me refiro, o maior traidor da História do Oeste paranaense, não apenas para reivindicar ao Governador do Estado obras para a nossa comunidade... Mas dizia nos jornais "O Correio de Notícias" e "Gazeta do Povo", dois jornais que respeito entre os demais noticiosos paranaenses, que também fora o Prefeito levar o seu incondicional pé direito e a metade do esquerdo ao PMDB, garantindo ao Governador para poucos dias o seu ingresso no Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Onde está a coerência? Onde está o PMDB de ontem? Será que pela permanência de um homem que possa vislumbrar um apoio maior à comunidade iguaçuense, toca o PMDB a sua origem de respeito ao PMDB à sua comunidade: não posso acreditar neste fato. Ainda mais, Deputado Sérgio Spada, que o Prefeito Wadis Benvenutti nos traiu e poderá trair Vossa Excelência e todo o seu partido, porque quem é acostumado a trair sempre permanece com a marca da traição.

Concedo o aparte, pela ordem, ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro - Prezado Deputado Tércio Albuquerque, eu compreendo esta amargura de Vossa Excelência que se mistura com uma revolta acentuada e plenamente justificada. Testemunhei, ao longo do processo de sucessão da Prefeitura de Foz do Iguaçu, o empenho de Vossa Excelência por uma solução partidária e, ao mesmo tempo por uma solução muito inteligente para Foz do Iguaçu. Este empenho foi tão grande que Vossa Excelência que tinha seu nome cogitado para ser o Prefeito de Foz do Iguaçu, em determinado momento numa demonstração de despreendimento e de um grau de politização dos mais elogiáveis, Vossa Excelência sumariamente abriu mão da sua indicação liberando seus companheiros; liberando seu partido do Paraná e dizendo publicamente que deixava de concorrer àquela conspiração.

E a partir daí Vossa Excelência nutriu expectativa como todos nós, em busca de uma solução, repito, que fosse a melhor para Foz mesmo que dentro de um critério que nunca foi o melhor para Foz mesmo que dentro de um critério que nunca foi o melhor para a indicação do Prefeito de Foz do Iguaçu.

Esse critério o de bioncidade mais uma vez usurpava a população de Foz do direito de eleger o seu Prefeito. E nós todos defendíamos já a sucessão em Foz do Iguaçu, através de uma eleição direta com a participação dos eleitores daquele município.

Houve um acordo, a lista tríplice foi elaborada, o PMDB nela colocou dois membros do seu partido e o PDS colocou um ex-Vereador eleito pelo partido em 1982 com os votos daqueles que não quiseram apenas votar na pessoa, mas votar também no partido, o Senhor Wadis Benvenutti. E a partir da elaboração da lista tríplice e do seu encaminhamento ao Presidente da República, nós todos do PDS do Paraná, Deputados Federais e Estaduais, membros do Diretório Regional, Vereadores de Foz, nos reunimos para apoiar o nome do Senhor Wadis Benvenutti. E desse apoio resultou a aprovação do seu nome pelo Conselho Nacional de Segurança e pelo Presidente Figueiredo e posteriormente, apenas o ato formal do Governador Richa nomeando não o seu escolhido pessoal, mas nomeando aquele que o partido e que o Governo Federal aprovou.

Por isso, a amargura e a revolta de Vossa Excelência se misturam neste momento de dor. Não a dor pela mudança; não pela traição; a dor sim pelo descaso, pela falta de compromisso com uma atitude política coerente; pela falta de dignidade política no momento de assumir posições claras e evidentes.

E hoje a política brasileira Deputado Tércio Albuquerque, está ensinando que nós devemos ficar decepcionados com quase todos e quase tudo que está acontecendo neste país. E cansei de me perguntar como se fará política no Brasil, enquanto as mentes políticas deste País girarem em torno de interesses imediatistas com a renúncia expressa da defesa dos

postulados maiores e interesses da população.

Ainda agora o Brasil testemunhou esta corrida desenfreada por cargos públicos; e ainda agora Deputado Tércio Albuquerque, a Bancada Federal do PMDB do Paraná dá uma idéia muito nítida de que quer para a nova República e sorteando em Brasília entre quatro paredes, o direito de cada Deputado Federal indicar pessoas para o preenchimento de cargos da Administração Federal do Paraná.

Corremos o risco amanhã de ver alguém na SUCAN que há de confundir "Bicho Barbeiro" com "Mosca Varejeira", porque o critério de competência técnica não existirá no preenchimento destes cargos aqui no Paraná e talvez, com a intenção ou de continuar no seu cargo ou de se aproximar do poder, para receber da árvore poderosa daqueles que governam este Estado, a sombra que a Oposição não dá, mesmo que perdendo a dignidade que a Oposição dá a qualquer um de nós, o Prefeito de Foz do Iguaçu prefere sair do seu partido, trair os seus companheiros e os seus compromissos, porque meu caro Deputado, para concluir, é bom sempre que se lembre que eu ouvi isso através de uma emissora de televisão, outro dia, que os que estão mudando hoje mudam para ajudar as mudanças do Brasil e eu indago a eles, porque não mudaram quando estavam no poder, quando poderiam combater o poder, bastava que renunciassem as benesses desse mesmo poder.

Não fizeram isso certamente, porque não tiveram nem coragem, nem grandeza e muito menos patriotismo.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço a Vossa Excelência, pelo testemunho que dá, porque Vossa Excelência a par de todos Deputados que compõem a nossa Bancada, participou conosco desta luta, desta luta que empreendemos, para que todos nós saíssemos arranhados, traídos e ainda mais, digo a Vossa Excelência, por um homem que não soube sequer escolher um outro partido para filiar-se.

Com muita honra, concedo aparte ao Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Deputado, eu estou ouvindo o seu pronunciamento e chego a conclusão que aquela velha história se repete. Quando a criatura se revolta contra o Criador.

Eu reconheço na pessoa de Vossa Excelência, do Deputado Mazurek, muito mérito, na indicação de Wadis Benvenutti, para a Prefeitura de Foz do Iguaçu, aliás de maneira inconveniente, pois que aquelas alturas, se alguém tivesse que nomear um Prefeito em Foz do Iguaçu, de vez que o PMDB tinha ganho a eleição, deveria ser o PMDB, no entanto Vossas Excelências lutaram muito e conseguiram por lá naquela Prefeitura, um homem do partido de Vossas Excelências, que não era ruim, até bem pouco atrás, mas que ontem por ter se desfilado do PDS, é traidor, é mau caráter e uma série de coisas como Vossa Excelência está tachando hoje o interventor de Foz do Iguaçu, Wadis Benvenutti.

Eu tenho que fazer uma defesa, nobre Deputado, pois que Vossa Excelência me acusa ou pelo menos deixa nas entrelinhas, de que este Deputado tem participado de tramas, de aliciamento, em momentos que tem participado de conversa com o interventor de Foz do Iguaçu em seu gabinete.

Muito pelo contrário, nobre Deputado, nós temos trabalhado sim por Foz do Iguaçu, lamentavelmente aquela cidade, por um longo tempo, aproximadamente dez anos parou no tempo e no espaço, a população já se encontrava desesp-

rançada e desacreditando inclusive na classe política, pois lá permanecia um coronel de pijama, um homem incompetente, irresponsável, que praticamente faliu aquela cidade e hoje se o Interventor Wadis tem algum mérito, é porque está varrendo as ruas, pintando meio fio, fazendo algum trabalhinho que aparece porque exatamente antes não acontecia e não existia nada de trabalho naquela cidade e não existiu durante dez anos por culpa de Vossas Excelências, que mantiveram no cargo, o Coronel Clóvis da Cunha Viana.

Nós do PMDB, estamos com o problema na mão, nobre Deputado, nunca fomos movidos pelo interesse de pegar cargo em qualquer Prefeitura que seja e um exemplo é o que está acontecendo em São Miguel do Iguaçu, onde o Deputado Fonseca é o líder maior e que a gente tem participado com ele, nas decisões políticas daquele município. Pensando em tirar o biônico que lá se encontra há 12 anos, nós não pensamos em colocar um companheiro lá, e sim um elemento do Poder Judiciário. Porque nós do PMDB queremos entrar na Prefeitura mas pela porta da frente, através do voto popular. Mas, lamentavelmente, o biônico, de São Miguel, sangue-suga, carapato, viu na possibilidade de entrar na Frente Liberal, a possibilidade de permanecer no cargo. E nós estamos pouco preocupados com esta situação. O caso de Foz do Iguaçu, o que nos preocupa é que nós vamos ter que tomar uma posição, até que o Prefeito eleito tome posse, ou nós deixamos na Prefeitura, permitimos que ele continue nesse cargo de confiança ou o tiramos dessa Prefeitura. Esta é a grande questão. Estamos pouco preocupados se ele entra ou não entra para o PMDB.

Se ele saiu do PDS é um problema de seu partido; é um problema do PDS; e nós nada temos a ver com esta questão. E o que nós estamos enfrentando na verdade é um problema criado pelo partido de Vossa Excelência, pelo regime militar que vigorou nesse partido no Brasil durante 21 anos, a tal da figura do Prefeito Biônico. E hoje, nós ou o deixamos ou o tiramos da Prefeitura. E essa decisão nós haveremos de tomar já na segunda-feira, nobre Deputado, sem levar em consideração a sua entrada ou não no PMDB. O que na verdade nós temos que levar em consideração, é o interesse da comunidade. Se a comunidade estiver contente com Wadis Benvenutti, ele fica até que o Prefeito eleito tome posse; caso contrário, ele sai.

Agora, percebo, nas posições de Vossa Excelência, além do rancor, mágoa, um certo desespero, nobre Deputado, pois que Vossa Excelência na verdade está perdendo todos os Prefeitos daquela região.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos).

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) - Nobre Deputado Tércio Albuquerque, o seu horário concluiu e eu consulto à Liderança do PDS se fará uso da palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Falará o Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) - O Deputado Tércio Albuquerque continuará com a palavra no Horário da Liderança do PDS, por 20 minutos.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço o aparte do Deputado Sérgio Spada.

Mas, é necessário que se faça alguns reparos em seu pronunciamento: Primeiro deles, dizer que Foz do Iguaçu ficou 10 anos, parado, quando às vistas de todos os brasileiros que comparecem a Foz, quer sejam os paranaenses ou os turistas do Brasil e do Mundo, encontram uma Foz do Iguaçu com a fisionomia totalmente modificada. Pelas obras construídas, pelos asfaltos, pelas vias asfaltadas que duplicaram, triplicaram em Foz do Iguaçu a cada mês, que ficou o Prefeito Clóvis da Cunha Viana, lá, pela construção de todas as obras no campo da saúde, da educação, do turismo, e de todos os setores da vida social. Vossa Excelência peca, Vossa Excelência engana-se quando quer da tribuna da Assembléia Legislativa, em um aparte que não justificou nada, tentar jogar lama em quem construiu. E concordo com Vossa Excelência, quando diz que o povo queria mudanças. Realmente, porque ninguém consegue sobreviver no poder, como ele conseguiu, mais de uma década; porque o povo quer a renovação de idéias; quer a renovação de pessoas. Mas nunca o povo desejou a mudança, porque o Clóvis não realizou. Ele realizou sim. Uma obra que muitos terão saudade de sua presença na Prefeitura dentro de pouco mais de um ou dois anos, daqui para a frente. O Prefeito Clóvis, como muito bem disse Vossa Excelência, não se preocupou apenas na pequenisse do varrer rua; do pintar os meios-fios, ou colocar placas indicativas, o Clóvis construiu as obras principais que Foz necessitava e Vossa Excelência não pode negar!

Mas Vossa Excelência diz que nós colocamos Wadis Benvenutti pela porta do fundo, Vossa Excelência nega que Vossas Excelências colocaram o Prefeito de Curitiba também num processo espúrio de nomeações, ainda mais, acarreta-se o fato de tremenda mentira jogada à população paranaense, visto que, o Prefeito atual de Curitiba era o Presidente do CONAM, que defendia a autonomia às eleições dos municípios de área de Segurança Nacional e das Capitais do Estado!

Vossa Excelência diz que um "coronel de pijama" não tem valor algum, mas, foi este Coronel que fora levado ao Sudoeste paranaense pelas mãos de Deni Schwartz e de Euclides Scalco, e ao lado de Deni e Scalco,, faziam os três uma equipe que cuidou da legalização das terras do Sudoeste paranaense.

Então, Vossa Excelência deve cobrar de Deni Schwartz e de Euclides Scalco que foram os criadores do ex-Prefeito, engenheiro Clóvis da Cunha Viana, de Foz do Igua-

çu!

Quando Vossa Excelência diz que eu me encontro revoltado contra a minha criação, dou os meus aplausos a Vossa Excelência, não que eu esteja revoltado, não que eu esteja magoado, mas eu compareço à tribuna em defesa daqueles que, no passado, tinham uma origem divulgada à sua sociedade, mas que, num pulo de mágica ele troca a ideologia, o seu passado, por um futuro que ninguém sabe o que poderá acontecer, a não ser que Deus dê o retorno da saúde a Tancredo Neves, um homem que nós todos conhecemos o seu passado, a sua origem, a sua ideologia e o seu trabalho.

Quando nós debatíamos contra a presença de Tancredo Neves no Governo da nossa Nação, é porque nós somos homens de partido e devemos defender o candidato que a nossa Convenção escolheu. Sequer um momento eu fugi das origens do meu partido, trabalhei para o Ministro Mário Andreazza, como disse, por muitos motivos, e um deles porque ele deu a Foz do Iguaçu o direito de que o novo Prefeito pudesse administrar com recursos no seu orçamento que estava superlotado e super carregado pela dívida de Foz do Iguaçu para construir uma infraestrutura adequada para receber os milhares e milhares que lá foram para construir a hidro-elétrica de Itaipu, a maior obra no campo da energia elétrica do mundo inteiro. E Vossa Excelência sabe que não é uma revolta pessoal, é em nome do meu partido que eu compareço à tribuna, em nome dos Vereadores que até sofreram para que o Governador José Richa dicesse de usar o passo de tartaruga e enviasse, com rapidez, a Sua Excelência, o Presidente da República, a Lista Tríplice para a nomeação do Prefeito da nossa Cidade.

Concedo, com muita honra o aparte ao Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara - Deputado Tércio Albuquerque, não se pode falar em Foz do Iguaçu sem falar no expoente político que é o Deputado Tércio Albuquerque, que estão intimamente ligados, pela defesa intransigente que Vossa Excelência tem feito, eu sou testemunha no mandato anterior e nesse, de todos os assuntos que dizem respeito àquela magnífica cidade.

Mas, eu quero estar, neste aparte, inteiramente favorável e solidário a Vossa Excelência, porque traição é o que existe de mais execrável, de mais asqueroso, de mais nojento!

Traidor, para mim, é sinônimo de porco!

Vossa Excelência faz acusações ao Prefeito que eu não conheço, mas confio no seu depoimento e no conteúdo do seu discurso, razão pela qual ele, mais cedo do que espera, irá receber da população de

Foz do Iguaçu o desprezo que o povo dá a todo aquele que trai uma causa!

Vossa Excelência identifica-o como um traidor, quanto a mim portanto, ele é um traidor e eu cumprimento o discurso corajoso de Vossa Excelência, Deputado Tércio Albuquerque, porque em política traição talvez seja muito comum. Mas, para mim, traição, prefiro morrer do que trair a minha honra, a minha dignidade e o compromisso que eu assumi.

Receba meu abraço, Deputado Tércio Albuquerque, pela sua bravura, pela sua independência, acusando, e eu acuso, também, esse Prefeito, de traidor.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Agradeço o aparte que abrilhanta o meu pronunciamento, do ilustre Deputado Nelson Buffara, representante em nossa Casa, do litoral paranaense, e que o representa com muita dignidade.

Continuando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não acredito que o Prefeito de Foz do Iguaçu cumpra com os compromissos que deve ter assumido com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Desejo ver, no futuro, e previno ao Deputado Sérgio Spada, que, talvez, irei assisti-lo e ouvi-lo desta tribuna, fazendo o discurso com outras palavras, mas no mesmo conteúdo que é o meu, e não vai demorar muito.

E o Deputado Sérgio Spada ainda diz para enfeitar o seu aparte, para colorir o seu aparte, que possivelmente, o Prefeito de Foz do Iguaçu irá permanecer na sua posição, até que o novo Prefeito eleito tome posse da Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Infelizmente, Deputado Sérgio Spada, o Presidente João Figueiredo esqueceu de concluir no seu Decreto Presidencial, Foz do Iguaçu, Guaíra e Barracão, extinguindo-os da Área de Segurança Nacional.

E como a Nova República está parada, porque Vossa Excelência sabe os motivos, bem como a Nação inteira, ontem mesmo apresentei requerimento aprovado por unanimidade, encarecendo do Presidente Tancredo Neves, do Ministro da Justiça e do Ministro Chefe da Casa Civil, urgentes medidas para extinguir também Foz do Iguaçu, Guaíra e Barracão, e os demais municípios brasileiros, dessa expúria área de Segurança Nacional. E Vossa Excelência sabe que nos regimes de direita ou de esquerda, existem municípios de área de Segurança Nacional, também consideradas por esses regimes.

Mas, que segurança nacional acredito eu e os regimes também, não é o Prefeito que faz, e, sim, as Forças Armadas da sua Nação, porque Prefeito administra apenas a aplicação dos impostos da sociedade daquele município. Não tem nada a ver com o Co-

mando das Forças Armadas ali existente.

Podem esses municípios continuar como Segurança Nacional, dando-se o direito que a sua comunidade escolha o seu legítimo gerente, o seu legítimo Prefeito. Este é o nosso pensamento e, acredito que também seja de Vossa Excelência, e Vossa Excelência sabe que não teve sequer emoção no seu aparte, porque Vossa Excelência também já prevê a traição do Prefeito, se ingressar no seu Partido.

Só quem não prevê é o Vereador Dobrandino Gustavo da Silva e o Vereador Antônio das Graças, do seu partido, que foram os únicos que disseram à imprensa iguaçuense que o Prefeito de Foz do Iguaçu tem que permanecer, antes de realizar uma reunião com o diretório municipal do PMDB iguaçuense..

Não sei como, em passe de mágica o Dobrandino e o Antônio das Graças, mudam porque foi Antonio das Graças que levou o Prefeito de Foz do Iguaçu ao bairro mais populoso da comunidade, o rincão de São Francisco, além de mais populoso, ali mora o povo de mais baixa renda do Município de Foz do Iguaçu.

E o Prefeito estava sentindo-se mal com o cheiro do povo, talvez tivesse alguém sujo, porque ali o povo é pobre e tem pouca água encanada em suas residências.

Ele procurou antecipar a realização e fazer de minuto uma reunião importante, que a comunidade iria apresentar suas reivindicações. E ficou Antônio das Graças até o final da reunião atacando o Prefeito e sugerindo ao povo que se revoltasse contra o próprio Prefeito, e temos documentos noticiosos de Foz do Iguaçu em nosso gabinete.

Não sei como Antônio das Graças mudou de ser um representante da comunidade pobre para ser um defensor de elite. E Vossa Excelência sabe que ele é de elite, porque o próprio Senador do seu partido, Alvaro Dias, Presidente Regional do PMDB paranaense, deu uma pequena declaração na Gazeta do Povo dias atrás, atente bem Deputado Sérgio Spada: "A entrada do Prefeito Vadis Vitório Benvenutte para o nosso Partido é o ideal, porque o PMDB precisa penetrar nas elites iguaçuenses, e ele representa a elite, e deu como exemplo, a Câmara Municipal e a classe empresarial de Foz do Iguaçu".

Ora, Deputado Sérgio Spada, como que o Senador Álvaro Dias, que nós sabemos da sua origem, um político das regiões mais pobres do Paraná, pode dar uma declaração infantil como esta.

Porque nós não podemos classificar o povo, se é da elite ou se é da pobreza brasileira. Porque elite, ao meu entender, é a união de todos os brasileiros dando as

mãos para modificarmos este nosso País, e transformando a Nova República na salvação dos nossos interesses.

Confio se Tancredo Neves voltar, se ele conseguir assumir, Deus que lhe dê saúde para que ele assuma os destinos do nosso País, porque ele terá no PDS, no PDT, acredito, e no PT, três partidos de oposições vigilantes ao seu Governo. Mas oposição decente, oposição coerente, não oposição defamadora, como fizeram Vossas Excelências no passado, que jogavam lama, incoerentemente, a todos, generalizando a representatividade dos homens que dirigiam a Nação, os Estados e os Municípios.

Oposição se faz sugerindo atos, oposição se faz dando possíveis soluções, e criticando com categoria, com respeito, com críticas construtivas, para que os Governantes possam usar até da oposição para sentir-se em um governo democrático e livre, para que o povo também o respeite.

Quantas críticas o PDS e eu também fiz nesta Casa ao próprio Governador José Richa, mas nunca fizemos uma crítica que possa desabonar sua conduta moral, de homem representante da maioria dos votos dos cidadãos e das senhoras do nosso Estado, que o conduziu à categoria e ao cargo de Governador do nosso Estado.

Estamos todos aqui vigilantes, acredito que PMDB e PDS haverão de dar as mãos com os demais partidos, inclusive à Frente Liberal que nasce em nossa Assembléia legislativa, e se amanhã, Deputado Sérgio Spada, com a reformulação partidária, os partidos políticos todos se misturem e se dividem os homens pela sua ideologia, se Vossa Excelência estiver onde eu estou, ou eu onde Vossa Excelência estiver, não foi traição, foi porque os partidos terminaram, e deram o direito aos homens, de escolha, para que programem e para que de ideologia possa ir.

Vossa Excelência sabe que em nossa Bancada e na sua, há homens que mudaram de Partido, mas não foi pela simples mudança; foi porque extinguiram os Partidos Políticos, e lhe deram o direito de escolher uma nova ideologia de um novo programa compatível com os dias, e com o próprio cidadão que mudara de Partido.

Deputado Sérgio Spada, Senhores Deputados, Senhor Presidente, vamos dar às mãos e não vamos nem esperar que o Presidente Tancredo Neves assumam. Vossa Excelência tem a responsabilidade de fazer com que o atual Presidente José Sarney no exercício da Presidência, possa incluir no Decreto do Presidente João Figueiredo, os demais Municípios, e vamos realizar eleições em Foz do Iguaçu, Deputado Sérgio Spada. Quem concorre? Acredito, quem o partido escolher. O que nós queremos, é o povo no poder.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

(Reassume a Presidência, o Senhor Deputado Nelson Buffara).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Consulto à Liderança do Partido da Frente Liberal se fará uso do seu horário.

O SR. IVAN GUBERT - Nós declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Havendo declinado, consulto o Líder da Bancada do PMDB.

O próprio Líder falará. Com a palavra o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Cumpra, na qualidade de Líder interino de nossa Bancada, comunicar aos Senhores Deputados Airton Cordeiro do PDS, Ivan Gubert do Partido da Frente Liberal, que é de interesse de nossa Bancada, que também é de interesse do próprio Governo do Estado, de que sejam esclarecidas todas as denúncias aqui formuladas, com respeito ao envolvimento do Banco do Estado do Paraná e o Brasilinvest, porque entendemos que este País só tomará o perfil de uma Nova República, a partir da hora, a partir do momento em que todas as denúncias forem apuradas, doa a quem doer. (Lê):

Porque desde 1972, Senhor Presidente, Senhores Deputados, após a montagem por Delfim Neto deste sistema financeiro até agora vigente no Brasil, temos observado a impunidade com que é tratado todo e qualquer empresário do mercado financeiro, que provocava desvios e locupletação de fundos de suas instituições financeiras.

Quem não se lembra da quebra de fundos de investimentos, do Banco Português, Banco Halles, Banco Pan-Americano, onde o cliente era o rei; financeiras como Cibraf, SPI e outras mais, e recentemente com a Libra, Coroa-Brastel, Delfin e outras tantas por aí espalhadas.

Até então, somente o Paim, da Coroa-Brastel, se vê envolvido em processos criminais e assim mesmo porque ousou denunciar os seus sócios-cúmplices, assim mesmo porque colocou no bolo dos desmandos a Corretora Laureano, cujo quadro social era composto por determinada figura de muita expressão no Governo dito democrático, que findou em 15 de março deste ano.

Jornais, revistas, até literatura de cordel decantavam o desabamento de nosso mercado financeiro, anunciando desesperos de aplicadores e clientes, que viam suas economias serem roubadas descaradamente pelos homens dirigentes das instituições financeiras que tinham de ser, obrigato-

riamente, fiscalizadas pelo Banco Central, que de central só teve a articulação e controle das falcaturas existentes desde 1964.

Todos esperavam que um dia essas instituições fossem contidas, e os responsáveis fossem punidos e mostrados a público. Mas, hoje, com o advento da Nova República, e Dornelles no comando fazendário de nossa economia,, não acreditávamos que pudesse vir, de forma contundente, tratar do assunto. Mas o fez... o fez de forma irretorquível, inesperada, pegando de surpresa a gregos e troianos, provocando um verdadeiro pânico no seio da máfia, que até então estava reinando impunemente.

A prisão de Mário Garnero e Mário Teixeira Bampa, dirigentes do Grupo Brasilinvest, foi solicitada ao Ministro da Justiça pelo Ministério da Fazenda. E por que motivo chegou Dornelles a esta solicitação?

Em ofício enviado por Dornelles a Fernando Lyra, ficam explicados os motivos. Diz o ofício:

"O Banco Central informou ao Ministério da Fazenda que o Brasilinvest incorreu em vários fatos que ferem a legislação bancária. Essa instituição é dirigida por Mário Garnero e Mário Teixeira Bampa. Sendo tais fatos enquadrados na legislação bancária penal, com infrações passíveis de sanções administrativas e criminais, desde arresto de bens até a prisão, levo ao conhecimento de Vossa Excelência essa irregularidade para aplicação de medidas da competência do Ministério da Justiça, especialmente a ciência ao Ministério Público, para pedido de decretação de prisão preventiva nos termos do Código de Processo Penal".

Sem se adentrar no campo jurídico do pedido, esta é a primeira vez, após 1964, em que se vê uma autoridade fazendária solicitar a prisão preventiva de um tubarão da economia, e tal atitude merece os nossos agradecimentos, em nome do povo brasileiro, que precisava urgentemente de ver que os detratores do mercado financeiro, merecem cadeia como qualquer infrator dos postulados legais.

Na verdade, segundo noticiário, o rombo do Brasilinvest, alcança o montante de 400 bilhões de cruzeiros, rombo este provocado por empréstimos, sem qualquer análise econômico-financeira do tomador e sem qualquer garantia real. O que despertou a fiscalização do Banco Central, pois na prática bancária, tais atitudes representam um tremendo suicídio ou a existência de interesses maiores por detrás de tais transações. Além do mais, foi constatado um tipo de operação triangular que acabava por desembocar nos bolsos da direção do Banco, o que configurava um ilícito

penal."

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Concedo aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Tadeu Lúcio, um homem que nós admiramos da nossa região, mas apenas para dar um colorido maior ao seu pronunciamento, como pôde o ex-homem que mandava no Governo Richa, fazer também uma operação com o Banco que Vossa Excelência ataca? Como pôde o ilustre Dornelles, homem que serviu 20 anos à velha República? Eu só queria ser do pensamento de Vossa Excelência, sei que Vossa Excelência nada mais quer do que a justiça. Como pode Garanhão fazer uma operação, Deputado Tadeu Lúcio, e, Vossa Excelência não denunciar. Como pode Vossa Excelência vir a uma tribuna, Deputado, Líder do PMDB e não dizer que o Paraná também foi lesado. Por inexperiência ou por maldade do ex-Secretário Erasmo Garanhão.

Vossa Excelência fala no volume global, mas vamos trocar em miúdo, porque nós, jaco do interior, só entendemos a palavra, Deputado Tadeu Lúcio, que me honrou com este aparte, diga-me, se houve ou não houve operação triangular do Governo e do Estado e do Banco do Estado do Paraná, com esta firma que Vossa Excelência fala. Que é uma firma falida, uma firma que já não tinha condições morais e nem financeiras.

Deputado, quando Vossa Excelência fala nos criminosos da República, fala em Dornelles, hoje é um homem bom que serviu a outra República, que serviu aos traidores. Queria que Vossa Excelência me explicasse - com o respeito devido - à imprensa e ao povo do Paraná, como foram feitas as transações do Banco do Estado, que Vossas Excelências fizeram ouvidos moucos. Como pôde - o Governo Richa - deixar ...

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Solicitaria brevidade no aparte.

O Sr. Gabriel Manoel - Brevidade, mas Vossa Excelência tem que escutar. Vossa Excelência tem medo da verdade, a verdade tem que ser dita. E não venha, Deputado, querer misturar as coisas...

SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Solicito, Senhor Presidente, que me assegure a palavra e desconte ainda o tempo que está sendo usado pelo Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Deputado, lamento informar, mas o Deputado que está na tribuna tem o direito de cor-

tar o seu aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pela Ordem. (Assentimento).

Queria que o Deputado Tadeu Lúcio dissesse da transação...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Quando iniciava o meu pronunciamento e com satisfação, para responder ao nobre Deputado Gabriel Manoel, eu dizia que a nossa Bancada aprovará na tarde de hoje, por unanimidade, um requerimento de autoria do nobre Deputado Aírton Cordeiro - da Bancada também do PDS - para que todas as informações por ele solicitadas, fossem prestadas no mais breve espaço de tempo possível.

Ouçõ com satisfação o nobre Deputado Ivan Gubert.

O Sr. Ivan Gubert - Nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, realmente, fico satisfeito de ouvir do prezado Deputado, que o PMDB tem interesse de não poupar aqueles que lesaram os cofres públicos, na área financeira, principalmente nessa área do BANESTADO, na área da Secretaria de Finanças, onde nós temos visto tanta controvérsia.

E eu quando fiz meu pronunciamento no Pequeno Expediente, levei um fato ao público que já era público, porque os jornais noticiaram já, no dia de ontem, essa lesa ao patrimônio, numa época que ninguém sabia. E eu quis trazer ao conhecimento desta Assembléia, que foi realmente uma operação mal-feita, pelo ex-Secretário das Finanças, com o aval de dois ex-Diretores do Banco do Estado e por coincidência, uma operação feita com três irmãos. Um, ligado ao Brasilinvest, outro ligado ao Banco Mercantil de Descontos e outro que era o homem que representava a Leman. Mas o que é mais importante, nobre Deputado, quando eu trouxe ao conhecimento desta Casa hoje, este fato, esperava realmente que a sua Liderança respondesse alguma coisa. E, na sua resposta, deixa-se alguma coisa, e na sua resposta deixa-se ressaltar uma coisa que está todo mundo falando, mas pouca gente se apercebendo. Fala-se muito em "Nova República"; a República historicamente é uma só. O que se sucede são os homens que administram essa República. E nós vemos, hoje, um homem que vivia há tempos atrás do lado de um outro partido político, Francisco Dornelles, punindo um homem que hoje é Ministro do PMDB.

Então, não são os partidos, não é a República: são os homens que administram bem ou mal. E a minha crítica, no final de minhas palavras, não era a um partido político e sim é para um homem que pertencia e pertence a um partido político, Erasmo Garanhão, e que está se pretendendo colocá-lo novamente em evidência, retornando a um cargo expressivo no Governo.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Vossa Excelência, com certeza, representa a vontade de toda a comunidade brasileira, e que se faça justiça.

E é evidente que não são homens, mas sim são idéias. E no nosso Partido, nobre Deputado Ivan Gubert, nós temos mais compromisso com as idéias, com a filosofia do que com os homens. E todos aqueles que representam o nosso Partido, e que eventualmente exercem o Governo da Nação têm compromisso com a filosofia e com as idéias que estão inscritas no Estatuto e no Programa do nosso Partido.

Portanto, se causa surpresa a Vossas Excelências verem alguns homens da Velha República desempenhando um outro tipo de papel, um outro de filosofia é porque realmente na "Nova República" existe compromisso com idéias.

Mas continuo: Garnero é um homem de muitas facetas e prestígio incontestável. Nos periódicos e revistas encontramos farto material com reportagens a seu respeito, amigo pessoal de George Schultz - Secretário de Estado americano -, sendo recebido pelo Presidente dos EUA, pelas Câmaras de Comércio Européias e Latino-Americanas, eleito homem de negócios do ano, íntimo de dirigentes de multinacionais. Com ele, várias figuras da política nacional estavam atreladas de uma forma ou de outra, como Roberto Gusmão, Mauro Salles, bem como grandes industriais como Wolfgang Sauer, Presidente da Volkswagen do Brasil, Hélio Schmidt, Presidente da VARIG, Flávio Pentagna Guimarães, Presidente do Grupo BMG, e outras inúmeras figuras do "jet-set" nacional e internacional.

Apesar de toda "estourage" de prestígio que cerca Garnero, não acreditamos que poderá se safar do grau de rigor que o Governo Federal da Nova República pretende dar aos crimes do mercado financeiro, até então impunes, como já havia frisado anteriormente.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Ouçõ com satisfação, o nobre Deputado Tércio Al-

buquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Eu lhe prometo ser muito breve porque desejo fazer apenas uma pergunta, meu caro Líder.

O Ministro Mauro Salles, como é que vai ficar? Se ele está proibido pelo Banco Central de fazer qualquer viagem ao exterior, ele tem moral para permanecer à frente do Ministério?

A "Nova República" o que vai dizer disso? A pergunta fica para Vossa Excelência responder.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Se Vossa Excelência tivesse tido o cuidado de acompanhar a imprensa nacional no dia de hoje teria a oportunidade de ver o Ministro Mauro Salles, em reunião coletiva com a imprensa, provando a sua inocência no caso Brasilinvest. (Lê):

"Em outras épocas, Garnero teria tempo, pois os caminhos ele sabe, de contornar a situação de suas empresas e, certamente, teríamos mais uma vez o erário público comprometido com os possíveis acertos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas investigações terão de ir muito mais longe. Precisamos saber até que ponto o Banco Central avalizou as operações em dólar do Grupo Brasilinvest. Precisamos saber até que ponto vai o comprometimento dos demais segmentos do mercado financeiro com o Grupo de Garnero, que, afinal de contas e na ponta do problema, virou um autêntico "grupo". E, ainda mais, precisamos saber o tráfego de influência da Secretaria de Estado dos Estados Unidos da América dentro da nossa economia, promovido através do Brasilinvest.

Muitas coisas deverão ser apuradas. Não pretendemos somente a cabeça do ICEBERG, precisamos saber o seu volume, sua influência e qual a sua rota de colisão, pois acreditamos que muitos navios serão afundados neste mar de lama, que imperava em nosso mercado financeiro. Custe o que custar. Atinja a quem atingir. Seja quem for, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já que Dornelles está casado com a idéias de austeridade e moralização, que vá em frente, firme e resoluta, pois agora não mais permitiremos retrocessos e acomodações em nome da estabilidade do mercado, pois esta nunca existiu que não fosse nas publicações oficiais.

Estaremos vigilantes no prosseguimento. Cabe agora ao Banco Central ultimar as investigações, e isto cobraremos desta tribuna, sem vacilação, alcance quem alcançar. Esta é uma posição supra-partidária,

pois o que se encontra em jogo não são as posições ideológico-partidárias, e sim a honra e dignidade de todas as classes trabalhadoras que até aqui não podiam se expressar livremente, sob pena de serem cessadas ou amordaçadas.

A mordada terminou e temos que voltar à trilha da emancipação institucional e moral em nosso País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 26 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se, no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 211/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER", com sede no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 237/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "CENTRO PRESBITERIANO DO BEM ESTAR DO MENOR-CEPRESBEM - com sede e foro em Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 177/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima, Dom Pedro Casaldáliga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Em Regime de Urgência) Aprovado. Publica no D.A. 68/84, de 07/08/84.

Comissão de Constituição de Justiça
PROJETO DE LEI N.^o 177/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Tadeu França, visa o presente Plano de Lei conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima, Dom Pedro Casaldáliga.

Do explicitado em sua justificativa depreende-se da oportunidade do presente projeto de lei, que vem reconhecer os relevantes serviços prestados por Sua Excelência à comunidade paranaense.

Nessas condições, nada havendo que se possa objetar quanto a sua constitucionalidade e legalidade, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 27/11/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 251/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JACAREZINHO", com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. Publicado no D.A. 96/84, de 01/10/84.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N.º 251/84

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, declara de utilidade pública a Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho.

A matéria está de acordo com as normas que disciplinam a declaração de utilidade pública, definidas pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Neste sentido, considerando ainda a reconhecida contribuição que aquela entidade dá à região em que está situada, entendemos de manifestar o nosso Parecer favorável, opinando pela aprovação do citado projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23/10/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 20/84, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria na estrutura do Poder Legislativo 06 (seis) Gabinetes destinados às Vice-Lideranças, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Publicado no D.A. 18/84, de 04/04/84.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20/84

PARECER:

Pelo presente Projeto de Resolução, pretende o ilustre Deputado Tércio Albuquerque, criar na estrutura do Poder Legislativo seis (06) Gabinetes destinados às Vice-Lideranças, distribuídos três (03) Gabinetes para cada um dos partidos com representação nesta Casa.

O Parágrafo Único determina, que os gabinetes criados pela Resolução serão

preenchidos com funcionários contratados pelo regime de C.L.T. e terão a seguinte constituição: - um (01) Chefe de Gabinete; dois (02) Assessores; um (01) Jornalista e um (01) Datilógrafo.

Analizando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável à aprovação da presente Resolução.

Sala das Comissões, em 22/05/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
IVAN GUBERT - Relator.

Comissão de Finanças
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20/84

PARECER:

Visa o Nobre Deputado Tércio Albuquerque com o presente Projeto de Resolução, criar na estrutura do Poder Legislativo, cargos conforme especifica destinados aos Gabinetes das Vice-Lideranças e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto constitucional e legal.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar o aspecto financeiro, temos que conforme estabelece o Projeto de Resolução o preenchimento dos cargos será através de funcionários já contratados por este Poder Legislativo, não havendo assim comprometimento com a parte financeira que vá implicar em maiores encargos com o pessoal.

Nestas Condições, o nosso Parecer, é Favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 04/09/84.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;
ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator.

Em discussão. Em votação.

O SR. OSVALDO DE ALENCAR FURTADO - (Para encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este Projeto de Resolução n.º 20/84, nos parece até certo ponto um tanto intempestivo, porque cria no gabinete dos partidos existentes na Assembléia Legislativa, mais um cargo de Chefe de Gabinete, quando sabemos que o PMDB e o PDS já possuem este cargo preenchido nos seus gabinetes.

Ele cria cerca de mais 15 funções a critério da Assembléia, sem a necessária abertura de concurso público, como é tese defendida pelo nosso partido.

Por esses dois motivos, eu acho e considero este Projeto de Resolução inadequado e, perdoo o Deputado autor, errado, porque criar chefia de gabinete onde já existe, é mais uma chefia de gabinete,

dois chefes de gabinete, um a mais para o PMDB e mais um para o PDS, talvez por um lapso do Deputado autor, ele quisesse talvez criar uma chefia de gabinete para o partido em formação, não cargos mais, onde já existem essas funções.

Por isto, eu me manifesto contrário a aprovação deste Projeto de Resolução, mesmo que o meu voto seja solitário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Continua em votação o Projeto de Resolução n.º 20/84.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Para encaminhar).

Senhor Presidente, eu quero me posicionar contrário ao Projeto, simplesmente pela sua incoerência, porque abre, criam seis gabinetes, criam na estrutura do Poder Legislativo seis gabinetes destinados a Vice-Liderança, distribuídos três gabinetes para cada um dos partidos em representação nesta Casa; é uma incoerência porque nós temos três bancadas aqui, é impossível cumprir esta lei.

De modo que, já que não foi retirado para adequar a nova situação, eu voto contra.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - (Para encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No encaminhamento na matéria, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, refere-se a intempestividade do projeto, porque cria uma chefia de gabinete nas Lideranças do PDS e do PMDB.

Deixou o Deputado de ler o Projeto. O Projeto cria cargos para as Vice-Lideranças, baseado em que Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu apresentei o Projeto?

70% das Assembléias Legislativas do nosso País, dá estrutura para que os Vice-Líderes também possam equipar-se melhor para defender as matérias em discussão em votação das Assembléias Legislativas e nós fizemos com que, pretendemos com que a Assembléia Legislativa, também do Paraná, possa dar uma estrutura que as Vice-Lideranças também tenham competência de comparecer ao Plenário, bem assessoradas e não é concurso público também, porque isto aqui são cargos de confiança, em comissão ou em regime CLT, que ficará a cargo das Vice-Lideranças.

Por outro lado, o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, fala da inoportunidade do projeto, porque nós apresentamos e esquecemos de um outro partido político em formação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando apresentei o Projeto no ano passado, não existia sequer comentário de cria-

ção de um novo partido e a Presidência, a Mesa Executiva da Assembléia, pode muito bem, em vez de dar três gabinetes para cada partido, dar dois para cada partido e ficam os três partidos políticos também beneficiados nesta Casa.

Retirei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por duas oportunidades o Projeto de minha autoria, a pedido do PMDB, para dialogarmos, para discutirmos e nenhuma das duas vezes eu fui procurado, a não ser em Plenário, para retirar. Fiquei na Assembléia, não fugi, não sumi, ninguém me procurou, para discutirmos, melhorar o Projeto ou se definitivamente eu retiraria o Projeto.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não retirarei mais o projeto, o PMDB tem maioria na Casa, se os meus companheiros quiserem também acompanhar, são livres para derrubar na votação o nosso projeto. Agora, retirar, eu ficar cada semana retirando o projeto a pedido, para se discutir e para se melhorar e ninguém me procura, eu não estou aqui para fazer papel de palhaço e acredito que eles também não.

O projeto está na Ordem do Dia, na primeira vez eu retirei, pedi para se incluir, retirei novamente, não pedi para estar na Ordem do Dia, não vou retirar.

Eu acho que o projeto dá eficiência aos Partidos Políticos - não é cabide de emprego - eu não sou Vice-Líder, não estou pensando nisso, o que eu quero é que os Deputados desta Assembléia, especialmente as Vice-Lideranças, tenham a oportunidade de ter em seus Gabinetes, homens, jornalistas de sua confiança para melhorar os seus projetos, as suas discussões, na realização de seus pronunciamentos e para que os jornalistas possam, atender os seus Vice-Líderes, divulgar na imprensa do nosso Estado e estou com isso, criando oportunidade para novos jornalistas que estão aí se formando anualmente nas nossas Universidades e que não têm emprego, porque aqueles que já estão nos cargos e os cargos já estão preenchidos e não há vaga para esta nova geração, que está aí estudando e melhorando os seus conhecimentos para ajudar o engrandecimento do nosso Estado e do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Continua em votação o Projeto n.º 20/84.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar).

Senhor Presidente, todos nós conhecemos as deficiências do Poder Legislativo, não só a nível de Gabinetes Parlamentares e de Gabinetes de Vice-Lideranças, mas sobretudo a nível de Gabinetes de Presidentes das Comissões Técnicas deste Poder.

Ainda, recentemente, o Deputado Adhail Sprenger Passos, relatava uma série de inovações para nós, e, provavelmente fatos corriqueiros há mais de 50 anos nos Legislativos Estaduais a que teve oportunidade de conhecer em viagem aos Estados Unidos, juntamente com o Deputado Augusto Carneiro.

Pois bem, Senhor Presidente, agora está em votação um projeto do Deputado Tércio Albuquerque, que pretende oferecer aos Gabinetes das Vice-Lideranças à época apenas dois Partidos Políticos existentes na Casa, a oportunidade para que nós tenhamos esta Assessoria tão sonhada, tão desejada.

Assiste razão realmente ao Deputado Tércio Albuquerque. Ele já retirou esse projeto por inúmeras ocasiões, para que pudesse haver o entendimento entre os Partidos, com vistas talvez, não só, Senhor Presidente, resolver o problema das Vice-Lideranças, mas por que não resolver também o problema dos Gabinetes ou das Comissões Técnicas desta Casa?

Ou por que não, efetivamente nós nos valermos desta oportunidade para fazer um conagração entre este Poder Legislativo e a Universidade Federal do Paraná, para que, efetivamente, se produzam neste Plenário, que deve ser o Plenário maior das causas paranaenses. Trabalhos importantes para a contribuição efetiva do Poder fiscalizador do Estado, para com os altos problemas, do Paraná.

Por isto, Senhor Presidente, faço um apelo. É possível até corrigir o problema das Lideranças em segunda votação. Amanhã - o Regimento Interno nos dá a faculdade de fazermos emenda ao projeto do Deputado Tércio para que também o Partido da Frente Liberal tenha oportunidade de participar deste Poder, que é a Casa e o convívio dos contrários, da mesma forma que o PMDB e que o PDS e talvez, convido até aos Deputados do PMDB, até o Deputado Adhail, que deve estar trazendo novidades do exterior, para que contribua com a sua capacidade e com o seu conhecimento para o aprimoramento deste Projeto, que, em última análise, significa o aprimoramento deste Poder.

Este é o apelo que faço, aprovamos hoje o Projeto, e amanhã, em segunda Votação possamos fazer as Emendas para adaptar ao novo Partido existente neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Em votação...

O SR. IVAN GUBERT - (Para encaminhar). Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente.

Alertados já estávamos sobre o problema da falta de criação de Gabinetes nas Vice-Lideranças, como também nas lideranças no nosso novo Partido, a Frente Liberal do Paraná.

Já em contato com a Comissão Executiva, solucionamos o problema da criação dos Gabinetes das Lideranças, e com a votação do Projeto de Resolução, em pauta, nós pretendemos apresentar, o Partido da Frente Liberal, segunda-feira, um Substitutivo de Plenário, colocando à nossa posição, no que se refere a criação desta estrutura, para os Gabinetes das Vices-Lideranças.

Nós voltaremos com o Projeto de Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Em votação.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Requerimento deferido e a Mesa ...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - (Pela ordem) - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - A Mesa defere e pede ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

(Continuação - 2a. chamada) 23 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quorum para deliberação, somente para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Previdência e Assistência Social e líderes dos partidos políticos na Câmara e no Senado, encarecendo um posicionamento que não leve à aprovação o aumento da alíquota do FUNRURAL de 2,5% para 3,5%. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano na localidade de Jeremia Lunardelli, no Município de Nova Cantu.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr.

Diretor-Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de pelo menos vinte casas populares pelo projeto mutirão, no Município de Peabiru.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil pela posse de sua nova Diretoria, no Município de Campo Mourão.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo reformas gerais na Delegacia de Polícia no Município de Roncador.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo de acesso ao Município de Jussara, através da PR - 323.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, com apoio do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo urgência na regulamentação da Lei do Estatuto da Microempresa do Paraná.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando pedido de informações ao Banco do Estado do Paraná, sobre a aplicação feita pelo mesmo no Brasilinvest, cuja liquidação extrajudicial foi determinada pelo Banco Central.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Dalton Lima Santos, pela sua eleição como Presidente da Cooperativa de Ivaiporã - COPIVA.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo providências no sentido de que seja procedida a perfuração de micropoços no Distrito de Bela Vista e nas localidades de Coxilha Bonita e Vista Gaúcha, no Município de Pérola do Oeste.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo providências

no sentido da realização de melhorias nas rodovias PR-218, trecho entre Santa Izabel do Ivaí e Paranavaí e BR-376, trechos entre Paranavaí e Maringá, Maringá e Apucarana, Apucarana e Ponta Grossa.- Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de materiais permanentes para a Escola Estadual São Judas Tadeu - Ensino de primeiro grau, no Município de Quinta do Sol.- Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após, com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 03.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1985.

(QUINTA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, Secretariada pelos Senhores Deputados Homero Oguido e Péricles Pacheco.

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tugúio Setoguette e Wilson Fortes (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Ezequias Losso, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Donato Gulin, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Tadeu França e Werner Wanderer (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Sob a

proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR.2.º SECRETÁRIO- procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR.1.º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 07/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS- AARE", com sede e foro na cidade de Cascavel. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 07/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS- AARE, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1985.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator.

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 112/84, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Jornalista SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 112/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Jornalista Samuel Guimarães da Costa.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1985.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

RELATOR.

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 305/84, que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, conforme transcrição n.º 204, às fls. 51, do livro n.º 03, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti, desde que constem da respectiva escritura as condições estabelecidas pela Lei Municipal n.º 005/84, de 05.07.84. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 305/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, conforme transcrição n.º 204, às fls.51, do livro n.º 03, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti, desde que constem da respectiva escritura as condições estabelecidas pela Lei Municipal n.º 005/84, de 05 de julho de 1984.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1985.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma Ordinária, para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 20/84

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 211/84, e 237/84.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 177/84 e 251/84.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 256/84.

Levanta-se a sessão.